



IX Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

V Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade
V Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade

REFLEXÕES INTERSECCIONAIS SOBRE GÊNERO, RAÇA/ETNIA E DESIGUALDADES NO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO

Eixo Temático 52 - Gênero e Sexualidade em Foco: Interseccionalidade e Desafios de Populações Marginalizadas e Estigmatizadas /Axis 52 - Gender and Sexuality in Focus: Intersectionality and Challenges Faced by Marginalized and Stigmatized Populations (Online)

Renata Miranda Souza¹
Maria de Fátima de Andrade Ferreira²
Gilvânia Oliveira Ferreira³
Marcos Lopes de Souza⁴

RESUMO

Este Ensaio Teórico discute a importância de adotar uma perspectiva interseccional no enfrentamento das desigualdades de gênero e raça/etnia no contexto escolar. A escola, atravessada por diversos marcadores sociais, influencia diretamente as trajetórias dos/das sujeitos/as. Compreender essas dinâmicas exige romper com abordagens tradicionais e adotar referenciais que desafiem as estruturas de poder e marginalização. O estudo dialoga com autoras como Marília Pinto de Carvalho, Nilma Lino Gomes e Patrícia Hill Collins, e traz vivências da primeira autora como mulher negra e professora. Destaca-se a interseccionalidade como ferramenta analítica e política, evidenciando os impactos dos estereótipos e a urgência de políticas públicas, formação docente crítica e pedagogias inclusivas.

Palavras-chave: Interseccionalidade, Gênero, Raça/Etnia, Desigualdade Educacional, Formação Docente.

INTRODUÇÃO

As discussões sobre gênero, raça/etnia e escolarização vêm ganhando espaço nos debates políticos e acadêmicos e também permeiam o ambiente escolar. No entanto, sua efetiva

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação Científica e Formação de professores da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, renata.smiranda@outlook.com, APOIO:CAPES;

² Pós-doutorado em Antropologia Social. Professora pleno da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, do curso de Pedagogia, Programa de Pós-Graduação mestrado em Relações Étnicas e Contemporaneidade (PPGEC), Programa de Doutorado em Ensino (RENOEN) e de Mestrado em Ensino (PPGEN), mferreira@uesb.edu.br;

³ Mestranda no Programa de pós-graduação em Relações Étnicas e contemporaneidade – PPGREC/UESB, gilvania.o.f@gmail.com;

⁴ Pós-doutorado em Educação. Professor Pleno do Departamento de Ciências Biológicas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Docente permanente dos Programas de Pós-Graduação em Educação Científica e Formação de Professores (PPGECFP) e de Relações Étnicas e Contemporaneidade (PPGEC), marcos.lopes@uesb.edu.br.

IX Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

V Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade

V Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade

incorporação à educação exige métodos inovadores ou produção científica. Para abordá-las de forma significativa, é essencial uma formação contínua, crítica e reflexiva dos profissionais da educação, preparando-os para os desafios do cotidiano escolar (Petrenas, 2019).

A escola é um espaço privilegiado para esse trabalho por ser um ambiente plural, onde diferentes experiências e identidades se encontram. Apesar disso, também pode reproduzir desigualdades sociais e raciais. Racismo, preconceito, *bullying*, exclusão, silenciamento e violência ainda marcam a trajetória escolar de muitos/as alunos/as, sobretudo negros/as.

Tais desigualdades têm raízes em construções sociais sustentadas por processos históricos como escravidão, colonialismo e segregação, que, mesmo diante de avanços, ainda se manifestam. Almeida (2021, p. 32) define a discriminação como “a atribuição de tratamento diferenciado a membros de grupos racialmente identificados”. Assim, o poder confere vantagens a alguns grupos em detrimento de outros, afetando reconhecimento, ascensão social e sustento material.

Compreender essas desigualdades como construções sociais reforça a necessidade de abordá-las na educação de maneira interseccional. A interseccionalidade analisa como relações de poder se cruzam em contextos diversos, considerando que formas de opressão se sobrepõem e geram múltiplas desigualdades. Essa análise articula marcadores como raça/etnia, gênero, escolaridade, sexualidade e faixa etária, permitindo o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais equitativas e inclusivas (Collins; Bilge, 2021; Kyrillos, 2020).

Diante do exposto, este Ensaio Teórico propõe reflexões interseccionais sobre gênero, raça/etnia e escolarização. Os principais resultados destacam a relevância dessa abordagem para compreender as desigualdades educacionais e os impactos dos estereótipos na trajetória escolar.

Adotar esse olhar permite aos/as profissionais da educação compreender de forma articulada as desigualdades vivenciadas no cotidiano escolar, questionar práticas excludentes e reforçar a urgência de uma educação inclusiva, que valorize as subjetividades e a diversidade dos/das estudantes no enfrentamento das desigualdades estruturais.

PERCURSO METODOLÓGICO

Este trabalho é um Ensaio Teórico de cunho reflexivo acerca das temáticas de gênero, raça/etnia e desigualdades na educação. O ensaio teórico nos desafia, nos incita a pensar, ou



IX Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

V Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade

V Luso-Brasileiro Educação, em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade



melhor, a refletir. Para Meneghetti (2011), *Sociedade sustentável* possibilita mais questionamentos e amplia a construção do conhecimento, ao permitir o repensar de práticas e ideias consolidadas.

A discussão foi construída com base em uma abordagem qualitativa e crítica, mobilizando reflexões de autores/as que tratam de gênero, raça/etnia e escolarização. O corpus teórico reúne textos acadêmicos de diferentes períodos, desde produções que articulavam marcadores sociais sem utilizar o termo interseccionalidade até textos recentes que aprofundam esse conceito na educação.

A seleção considerou a relevância teórica e as contribuições para compreender as desigualdades no contexto escolar. A leitura foi crítica e reflexiva, dialogando com as vivências da primeira autora enquanto mulher negra e professora da educação básica. O ensaio busca, assim, tensionar a produção acadêmica à luz de experiências concretas no cotidiano escolar.

As análises foram organizadas em dois eixos: A multiface das desigualdades na escola: os diferentes marcadores na trajetória escolar e A escola como espaço de reprodução e resistência: possíveis caminhos de enfrentamento das desigualdades.

A MULTIFACE DAS DESIGUALDADES NA ESCOLA: OS DIFERENTES MARCADORES NA TRAJETÓRIA ESCOLAR

O racismo, o sexismo e a exclusão de classes marcam a trajetória escolar de sujeitos/as negros/as no Brasil. Já no início dos anos 2000, Carvalho (2004) denunciava como a escola marginaliza essas experiências, articulando gênero, raça/etnia e escolarização, mesmo sem utilizar o termo “interseccionalidade”. A autora apresenta dados sobre analfabetismo, evasão e desigualdades educacionais, destacando que pessoas negras, especialmente meninos, enfrentam maiores obstáculos escolares.

Discussões mais recentes (Gomes, 2021; Moreira-Primo e França, 2020) reforçam como escolaridade, violência e racismo, entrelaçados a outras desigualdades, impactam profundamente a trajetória de vida de crianças e jovens negros/as. Para além do racismo estrutural,⁵ persiste um discurso vinculado ao mito da democracia racial, que promove a ideia de uma convivência harmoniosa entre os brasileiros, ignorando as diferenças raciais, de gênero, sociais e políticas.

⁵ Definido por Almeida (2021) como parte da ordem social, em que um conjunto de práticas discriminatórias presentes não apenas no cotidiano mas também nas relações políticas, econômicas e culturais atuam privilegiando uma raça/etnia em detrimento de outras.



Nesse cenário, destacam-se temas e questões que permeiam currículos, práticas pedagógicas e propostas educacionais, tanto na Educação Básica quanto no Ensino Superior. Os atravessamentos interseccionais, muitas vezes invisibilizados nos discursos pedagógicos, também se manifestam nas vivências da primeira autora, ao perceber como essa negação histórica influencia a forma como estudantes negros são percebidos e tratados.

Ao recordar suas vivências na escola pública, a primeira autora observa que, no cotidiano escolar, crianças negras ainda são frequentemente tratadas como mais “agressivas”, “carentes” ou “problemáticas”. Já comportamentos semelhantes, quando apresentados por crianças brancas, costumam ser interpretados como expressões de afetividade ou simples traquinagens. Já em relação às meninas, as cobranças assumem outras formas: espera-se delas mais capricho nas atividades escolares e maior controle sobre suas emoções, seus corpos, vestimentas, cabelos, entre outros aspectos. Esse cenário também pode ser observado nas discussões de Moreira-Primo e França (2020):

O racismo na escola também se concretiza: no tratamento dado pelos professores às crianças, quando somente às crianças brancas são valorizadas e tratadas positivamente, com elogios, carinho: nas atitudes negativas direcionadas pelos mesmos profissionais às crianças não brancas, com a invisibilização, a exclusão e a não valorização (Moreira-Primo; França, 2020, p. 178).

A autora também relata que, mesmo em datas como o 20 de novembro, há resistência em abordar o racismo na escola onde atua. Quando o tema é tratado, recorre-se frequentemente ao *bullying* como única via para discutir discriminações, negligenciando outras dimensões da exclusão ou reforçando estereótipos sobre a população negra.

Em consonância, Gonzalez (1979, p. 12) já denunciava o sistema educacional como um aparelho de controle, ao destacar que “a maioria das crianças negras, nas escolas de primeiro grau, são vistas como indisciplinadas, dispersivas, desajustadas ou pouco inteligentes”. A autora também criticava a forma estereotipada como essas crianças são representadas nos livros didáticos, além de apontar as atitudes de professores/as em sala de aula, especialmente a negação do racismo em suas práticas, como elementos que contribuem para a manutenção e reprodução do racismo, bem como para o seu silenciamento.

Apesar dos avanços conquistados por meio de políticas afirmativas, do ativismo do Movimento Negro e de mulheres negras, e do uso das mídias digitais como forma de resistência, vivencia-se um cenário ultraconservador que propaga discursos racistas, sexistas, antigênero e LGBTfóbicos, os quais impactam diretamente o campo educacional (Gomes, 2021).



Nesse sentido, observa-se um empobrecimento do racismo desde a infância, articulada a outros marcadores sociais, nas instituições escolares. Em entrevista concedida a Corrochano et al. (2024), a autora estadunidense Patricia Hill Collins interpreta o silêncio não apenas como sinal de submissão ou consentimento, mas como parte de uma dinâmica complexa de poder. Partindo dessa compreensão, é possível afirmar que o contexto educacional se constitui como um espaço subordinado a essas relações de poder, e as narrativas sobre gênero e raça, frequentemente tratadas a partir da perspectiva da subordinação, estão, na verdade, profundamente alinhadas com as estruturas que sustentam desigualdades em toda a sociedade.

A ESCOLA COMO ESPAÇO DE REPRODUÇÃO E RESISTÊNCIA: POSSÍVEIS CAMINHOS DE ENFRENTAMENTO DAS DESIGUALDADES

Historicamente, a escola é atravessada por diferentes desigualdades expressas através das construções sociais. Como afirma Patricia Hill Collins na entrevista concedida a Corrochano, et al. (2024, p. 11), “a educação não é neutra”. Inserida na sociedade, a escola não apenas reproduz representações sociais, mas também elabora práticas próprias e produz cultura nas interações entre seus sujeitos. Por isso, pode e deve ser entendida como um espaço estratégico para o enfrentamento das desigualdades (Gomes, 2003).

É consenso o papel central do/a professor/a no enfrentamento das questões que atravessam o cotidiano escolar. Certamente, muitos de nós guardamos memórias de docentes que nos marcaram, tanto de forma positiva quanto negativa. A primeira autora, por exemplo, recorda que, ainda na infância, embora tenha vivenciado discriminações por parte de colegas, também contou com professoras que não permitiam esse tipo de comportamento em sala. Essas experiências geraram memórias afetivas e evidenciam a importância de não silenciar diante de situações de violência simbólica ou preconceito, uma postura que ela mesma busca cultivar hoje na relação com seus alunos/as.

Diante disso, é fundamental assumirmos o compromisso de refletir criticamente sobre nossa prática docente, reconhecendo quem são os/as nossos/as alunos/as e as realidades que os/as atravessam. Collins (Corrochano et al., 2024) nos convida a pensar em uma educação que não busque apenas socializar sujeitos dentro de um sistema opressor, mas que se comprometa com uma formação crítica e emancipatória.

IX Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

V Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade

V Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero e Saúde Sustentável

Em consonância, Gomes (2021) defende a educação emancipatória, mas também a descolonização das mentes, articulada ao conhecimento e ao currículo. De acordo com ela:

A descolonização das mentes insta-nos a construir práticas pedagógicas e epistemológicas antirracistas. Consiste em uma tomada de posição emancipatória diante de si mesmo e do outro, bem como na desconstrução da lógica racista presente na nossa socialização e nos processos formativos construídos na vida privada e pública (Gomes, 2021 p. 438).

A naturalização do racismo e das práticas excludentes no ambiente escolar contribui para o bloqueio de avanços rumo a uma educação comprometida com a emancipação e a descolonização dos/as sujeitos/as. Além disso, sustenta a negação e a omissão do fato de que tais fenômenos são frutos de processos históricos, políticos e sociais marcados pela dominação colonial, cuja lógica de colonialidade segue operando nos dias atuais (Gomes, 2021).

Pensar a interseccionalidade no contexto escolar não é apenas um exercício teórico, nem responsabilidade exclusiva do/a professor/a. Trata-se de um compromisso ético que deve envolver todos, dentro ou fora do campo educacional. É fundamental construir políticas educacionais e de avaliação que não tratem crianças e jovens como meros destinatários, mas como ponto de partida. O direito à educação tem sido historicamente negado às minorias sociais e raciais no Brasil, refletindo marcas profundas de segregação. Por isso, é urgente atentar para os materiais didáticos: a quem representam? Valorizam as diferenças? Cabe ao Estado garantir os direitos das populações marginalizadas, mas, em vez disso, muitas vezes, reprime suas lutas (Arroyo, 2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das reflexões desenvolvidas neste Ensaio Teórico, torna-se fundamental compreender as desigualdades educacionais de forma articulada, considerando os marcadores sociais como raça, gênero, classe, entre outros. A interseccionalidade se apresenta como uma ferramenta teórico-metodológica potente, que não apenas aprofunda a compreensão das múltiplas opressões, ao evidenciar como elas se sobrepõem e impactam a trajetória escolar de sujeitos historicamente marginalizados, mas também orienta ações concretas dentro e fora do espaço escolar.

A análise de textos produzidos em diferentes contextos históricos revela permanências e continuidades de práticas excludentes no cotidiano das escolas. As vivências da primeira autora, enquanto mulher negra e professora, reforçam que o enfrentamento das desigualdades



requer um compromisso ético com o reconhecimento das subjetividades e o combate ao silenciamento do racismo e de outras formas de opressão, em favor da construção de práticas pedagógicas verdadeiramente inclusivas.

É fundamental que as questões de gênero e raça sejam tratadas no espaço escolar como parte dos direitos humanos e como uma urgência social. Nesse contexto, a interseccionalidade oferece caminhos potentes para tensionar as estruturas que sustentam essas desigualdades, contribuindo para uma educação crítica, emancipatória e comprometida com a justiça social.

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa contou com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por meio de concessão de bolsa à primeira autora, à qual expressamos nossos agradecimentos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo estrutural*. São Paulo: Jandaíra, 2021.
- ARROYO, Miguel Gonzales. O direito à educação e a nova segregação social e racial – tempos insatisfatórios? *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 31, n. 3, p. 15–47, 2015.
- CARVALHO, Marília Pinto de. O fracasso escolar de meninos e meninas: articulações entre gênero e cor/raça. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 22, p. 247–290, 2004.
- COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2021.
- CORROCHANO, Maria Carla; GOMES, Nilma Lino; SILVA, Ana Paula; MENEZES, Joana; OLIVEIRA, Carla. Interview with Patricia Hill Collins. *Revista Brasileira de Educação*, v. 29, p. e290038, 2024.
- GOMES, Nilma Lino. Cultura negra e educação. *Revista Brasileira de Educação*, Brasília, p. 75–85, 2003.
- GOMES, Nilma Lino. O combate ao racismo e a descolonização das práticas educativas e acadêmicas. *Revista de Filosofia Aurora*, Curitiba, v. 33, n. 59, p. 435–454, 2021.
- GONZALEZ, Lélia. Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2020, p. 20-38.
- KYRILLOS, Gabriela Moraes de. Uma análise crítica sobre os antecedentes da interseccionalidade. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 28, n. 1, e56509, 2020.
- MENEGHETTI, Francis Kanashiro. O que é um ensaio teórico? *Revista de Administração Contemporânea*, Curitiba, v. 15, n. 2, p. 320–332, 2011.

IX Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

V Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade

V Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade

MOREIRA-PRIMO, Celiton Santos BRANCA, Sônia Maria de. Efeitos do racismo na trajetória escolar de crianças: uma revisão sistemática. *Debates em Educação*, Maceió, v. 12, n. 26, p. 176–198, 2020.

PETRENAS, Rita de Cássia. Artefatos culturais e a abordagem sobre gênero e sexualidade: a revista Nova Escola. *Ensino em Re-vista*, Uberlândia, v. 26, p. 1238–1260, 2019.